

|  |                                    |  |  |
|--|------------------------------------|--|--|
| <b>Disciplina:</b> Contratos administrativos   |                                    | <b>Curso:</b> Graduação<br>Faculdade de Direito –<br>USP |  |
| <b>1º Semestre de 2023–<br/>Quintas-feiras – 20h00<br/>–23h15</b>  | <b>Carga horária semanal – 60h</b> | <b>Turmas:</b> única                                     |  |
| <b>Nome do Professor:</b> Prof. Dr. Gustavo Justino de Oliveira – Departamento de<br>Direito do Estado - DES |                                    |  |  |

**I. EMENTA:** Panorama dos contratos públicos. Natureza e regime jurídico das subcategorias dos contratos públicos. Formação dos contratos públicos. Formação dos contratos administrativos e fase pré-contratual: efeitos do julgamento, vinculação e efeitos da adjudicação. Prerrogativas da Administração Pública. Equilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição. Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos. Consequências da inexecução do contrato: sanções administrativas, caducidade e encampação. A extinção do contrato administrativo. Contratos administrativos em espécie: (i) empreitada de obras e de serviços; e, (ii) fornecimento de bens de forma contínua e única; ata de registro de preços; (iii) alienação de bens públicos; (iv) delegação de serviços públicos; (v) contratos de parceria; (vi) contratos de programa; (vii) contratos de gestão; e, (viii) contratos administrativos atípicos.

**II. OBJETIVOS:** O curso CONTRATOS ADMINISTRATIVOS tem por objetivo estudar e discutir os principais aspectos normativos, doutrinários e jurisprudenciais que envolvem as relações contratuais da Administração Pública. Nesse contexto, o curso proporciona um debate e uma reflexão crítica acerca do posicionamento doutrinário e jurisprudencial da matéria, a partir de metodologia que contempla discussões com base em estudos de casos.

### III. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

| <b>Aula</b> | <b>Dia</b> | <b>Assunto</b>  |
|-------------|------------|---|
| 1           | 16/03      | Apresentação da disciplina. Metodologia.<br>Avaliação.<br><b>Aula 1:</b> Panorama dos contratos públicos                                  |
| 2           | 23/03      | <b>Aula 2:</b> Natureza e regime jurídico das subcategorias dos contratos públicos  |
| 3           | 30/03      | <b>Aula 3:</b> Prazos dos contratos administrativos   |
| 4           | 06/04      | <b>Recesso Semana Santa</b>   |
| 5           | 13/04      | <b>Aula 4:</b> Formação dos contratos administrativos e fase pré-contratual: efeitos do julgamento, vinculação e efeitos da adjudicação   |
| 6           | 20/04      | <b>Aula 5:</b> Prerrogativas da Administração Pública   |
| 7           | 27/04      | <b>Aula 6:</b> Equilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição<br><b>Discussão de casos (1)</b>  |
| 8           | 04/05      | <b>Aula 7:</b> Consequências da inexecução do contrato: sanções administrativas, caducidade e encampação<br><b>Discussão de casos (2)</b> |
| 9           | 11/05      | <b>Aula 8:</b> Extinção do contrato administrativo<br><b>Discussão de casos (3)</b>   |
| 10          | 18/05      | <b>Aula 9:</b> Contratos administrativos em espécie: (i) empreitada de  |

|           |              |  |
|-----------|--------------|--|
|           |              | obrase de serviços; (ii) fornecimento de bens de forma contínua e única; e,<br>(iii) alienação de bens públicos          |
|           |              | <b>Discussão de casos (4)</b>  |
| <b>11</b> | <b>25/05</b> | <b>Aula 10:</b> Contratos administrativos em espécie: (iv) delegação de serviços públicos; e, (v) contratos de parceria. |
|           |              | <b>Discussão de casos (5)</b>  |
| <b>12</b> | <b>01/06</b> | <b>Aula 11:</b> Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos contatuais: arbitragem, mediação, dispute boards       |
|           |              | <b>Discussão de casos (6)</b>  |

**IV.AVALIAÇÃO:** A avaliação será composta da seguinte forma: **(i)** elaboração e entrega de relatório escrito de jurisprudência (6 pontos) e exposição oral do relatório de jurisprudência (4 pontos) - (10 pontos) e **(ii)** trabalho referente ao conteúdo da disciplina (10 pontos).

## V.BIBLIOGRAFIA GERAL

BRASIL. Lei n. 8.666/1993, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)

BRASIL. Lei n. 8.987/1995, União Federal. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8987cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm)

BRASIL. Lei n. 10.520/2002, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm)

BRASIL. Lei n. 11.079/2004, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)

BRASIL. Lei n. 11.107/2005, União Federal. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm)

BRASIL. Lei n. 12.462/2011, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm)

BRASIL. Lei n. 13.934/2019, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13934.htm)

BRASIL. Lei n. 14.133/2021, União Federal. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

AMARAL GARCIA, Flávio. Concessões, parcerias e regulação. São Paulo: Malheiros, 2019.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. 32. ed., 2015.

BITTENCOURT, Sidney. Nova lei de licitações: passo a passo. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2022

CALDAS, Roberto. Parcerias público-privadas e suas garantias inovadoras nos contratos administrativos e concessões de serviços públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CÂMARA, Jacintho Arruda; SOUSA, Ana Paula Peresi de. Existem cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 279, n. 2, p. 185-208, maio/ago. 2020.

CAMELO, Bradson; NÓBREGA, Marcos; TORRES, Ronny Charles L. Análise Econômica das Licitações e Contratos: de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

CARVALHO, Matheus, OLIVEIRA, João Paulo, ROCHA, Paulo Germano. Nova Lei de Licitações comentada. Salvador: Juspodivm, 2021.

DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio; ZOCKUN, Maurício. Lei De Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Licitações e Contratos Administrativos: Inovações da Lei

14.133, de 1º de Abril de 2021. São Paulo: Forense, 2021.

\_\_\_\_\_, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima; CAMARÃO, Tatiana. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Concessão de serviço público. São Paulo: Saraiva, 2012.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei n. 14.133/21. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2022.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses ; JACOBY FERNANDES, Ana Luiza . Lei nº 14.133/2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

\_\_\_\_\_, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

\_\_\_\_\_, Marçal. Teoria geral das concessões de serviço público. São Paulo: Dialética, 2003.

LAMARÃO, Ronaldo Coelho. Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos: à luz da jurisprudência do TCU e da AGU: reajuste, revisão, repactuação. Curitiba: Juruá, 2015.

MADUREIRA, Claudio. Licitações, Contratos e Controle Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

MARRARA, Thiago. As cláusulas exorbitantes diante da contratualização administrativa. Revista de Contratos Públicos – RCP, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, p. 237-255, mar.ago. 2013.

MAROLLA, Eugenia Cristina Cleto. Concessões de serviço público: a equação econômico-financeira dos contratos. São Paulo: Verbatim, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Serviço público e concessão de serviço público. São Paulo: Malheiros, 2017.

MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das Concessões de Serviço Público: Concessões, parcerias, permissões e autorizações. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

NIEBUHR, Joel de Menezes (Coord.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021 (Ebook).

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Contrato de gestão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_, Gustavo Justino de. Direito Administrativo Pragmático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

\_\_\_\_\_, Gustavo Justino de. Especificidades do processo arbitral envolvendo a Administração Pública. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo, 2017. Disponível em:  
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/49/edicao-1/especificidades-do-processo-arbitral-envolvendo-a-administracao-publica>

\_\_\_\_\_, Gustavo Justino de; ESTEFAM, Felipe Faiwichow. Curso prático de arbitragem administração pública. São Paulo: RT, 2019.

\_\_\_\_\_, Gustavo Justino de (Coord.); BARROS FILHO, Wilson Accioli (Org.). Acordos administrativos no Brasil: teoria e prática. São Paulo: Almedina, 2020.

OLIVEIRA, João Paulo; CARVALHO, Matheus; GERMANO ROCHA, Paulo. Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada. Comentários à Nova Lei de Licitação (Lei 14.133/2021), artigo por artigo. Salvador; Juspodivm, 2023.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende (Coord.), MARÇAL, Thaís (Coord.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021: nova lei de licitações e contratos administrativos. Salvador: Juspodivm, 2021.

\_\_\_\_\_, Rafael Carvalho Rezende. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Forense, 2022.

PIRES, Antonio Cecílio Moreira, PARZIALE, Aniello Reis. Comentários à nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei n. 14.133, de 1. de abril de 2021. São Paulo: Almedina, 2022.

ROCHA, Wesley (Coord.), VANIN, Fábio Scopel (Coord.), FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de (Coord.). A nova Lei de Licitações. São Paulo: Almedina, 2021.

SANTOS, Fernanda Marinela de Souza, CUNHA, Rogério Sanches. Manual de licitações e contratos administrativos. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2022.

SARAI, Leandro (Org.). Tratado da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2022

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Uma crítica à tendência de uniformizar com princípios o regime dos contratos públicos. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 11, n. 41, jan./mar., 2013